RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõe a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. No ano de 2013, foi atingido o valor de geração de 4.427,5 GWh, aproximadamente 96% do valor da energia assegurada anual de 4.613 GWh. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 93,42%, fechando o mês de Dezembro com disponibilidade média de 92,33% (apurada com base na média dos últimos 60 meses), índice também superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INVESTCO

Demonstrativo de Resultados (R$mil)	4T13	4T12	%	2013	2012	%
Receita operacional líquida	**49.171**	**62.964**	**-21,9**	**196.418**	**253.805**	**-22,6**
Gastos não gerenciáveis	**(417)**	**(536)**	**-22,2**	**(1.720)**	**(1.804)**	**-4,7**
Energia comprada para revenda	(20)	(109)	-81,7	(90)	(142)	-37
Encargos de uso do sistema	(338)	(353)	-4,2	(1.390)	(1.386)	0,3
Outros	(59)	(74)	-20,3	(240)	(276)	-13,0
Margem Bruta	**48.754**	**62.428**	**-21,9**	**194.698**	**252.001**	**-22,7**
Gastos gerenciáveis	**(20.175)**	**(21.600)**	**-6,6**	**(68.733)**	**(66.930)**	**2,7**
Total do PMSO	**(10.926)**	**(12.303)**	**-11,2**	**(31.693)**	**(30.899)**	**2,6**
Pessoal	(3.927)	(3.829)	2,6	(12.129)	(12.581)	-3,6
Material	(369)	(269)	37,2	(1.059)	(793)	33,5
Serviços de terceiros	(5.441)	(5.440)	0,0	(14.560)	(12.708)	14,6
Provisões	80	(2.184)	n.d.	(913)	(2.365)	-61,4
Outros	(1.269)	(581)	118,4	(3.032)	(2.452)	23,7
Aluguéis e arrendamentos	(160)	(173)	-7,5	(478)	(527)	-9,3
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(343)	(1)	34.200,0	(343)	7	n.d.
Outras	(766)	(407)	88,2	(2.211)	(1.932)	14,4
Depreciação e amortização	(9.249)	(9.297)	-0,5	(37.040)	(36.031)	2,8
Depreciação	(9.054)	(9.067)	-0,1	(36.249)	(35.116)	3,2
Amortização	(195)	(230)	-15,2	(791)	(915)	-13,6
Resultado do serviço (EBIT)	**28.579**	**40.828**	**-30,0**	**125.965**	**185.071**	**-31,9**
EBITDA	**37.828**	**50.125**	**-24,5**	**163.005**	**221.102**	**-26,3**
Margem EBITDA	**76,9%**	**79,6%**	**-2,7p.p.**	**83,0%**	**87,1%**	**-4,1p.p.**
Resultado das participações societárias	**-**	**-**	**n.d.**	**-**	**-**	**n.d.**
Resultado financeiro líquido	**(9.955)**	**(3.434)**	**189,9**	**(33.003)**	**(30.302)**	**8,9**
Receitas financeiras	848	815	4,0	2.611	1.955	33,6
Despesas financeiras	(10.803)	(4.249)	154,2	(35.614)	(32.257)	10,4
LAIR	**18.624**	**37.394**	**-50,2**	**92.962**	**154.769**	**-39,9**
IR e Contribuição social	**12.008**	**(15.874)**	**n.d.**	**(12.761)**	**(60.640)**	**-79,0**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.957	8.369	54,8	(14.118)	(37.695)	-62,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(949)	(24.243)	-96,1	1.357	(22.945)	n.d.
Lucro líquido antes de minoritários	**30.632**	**21.520**	**42,3**	**80.201**	**94.129**	**-14,8**
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Participações dos acionistas não controladores	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Partes Beneficiárias	-	-	n.d.	-	-	n.d.
Lucro líquido	30.632	21.520	42,3	80.201	94.129	(14,8)

A Investco S.A. registrou Receita Operacional Líquida de R$196,4 milhões em 2013, redução de 22,6% frente ao realizado no ano de 2012 que totalizou R$253,8 milhões. Este decréscimo de R$57,4 milhões é proveniente, principalmente, a aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o Cálculo do Arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. A Companhia não possui dívidas de empréstimos e financiamentos. O endividamento financeiro atingiu R$87,7 milhões em 2013 (valor na sua totalidade referente às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) comparável ao saldo de $85,5 milhões composto por dívida de mesma natureza, sendo a variação de 2,6% correspondente ao reconhecimento do ajuste a valor presente destes títulos. Os Gastos Gerenciáveis compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas, excluindo depreciação, aumentaram R$794 mil ou 2,6% entre os anos comparados, principalmente, devido a correção monetária dos serviços contratados compensado por economias e gestão eficiente de custos. O EBTIDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R$163,0 milhões no ano de 2013 frente aos R$221,1 milhões do ano de 2012, redução de 26,3% em decorrência da aplicação do CA. O EBIT (lucro antes dos juros e impostos) totalizou R$126,0 milhões em 2013, redução de 31,9% sobre o ano de 2012, esta variação é em função, principalmente, da redução da Receita Operacional Bruta e o Lucro Líquido alcançou 80,2 milhões em 2013, decréscimo de 14,8% frente ao mesmo período do ano anterior. Os Investimentos 2013 totalizaram R$7,2 milhões sendo: R$4,4 milhões em Máquinas e Equipamentos, R$1,2 milhão em regularizações de terrenos, R$0,5 milhão em programas ambientais, R$0,4 milhão e R$0,7 milhão em TI e Infraestrutura, total 10,4 % superior frente ao ano de 2012.

MEIO AMBIENTE - RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com foco na sustentabilidade, a Investco, ao longo de 2013 implementou sua Política de Responsabilidade Socioambiental buscando o desenvolvimento da comunidade do entorno e a conservação do meio ambiente em que está inserida, destinando seus investimentos sociais com foco na educação ambiental, cultura, lazer e esporte, de acordo com as melhores práticas de mercado, visando à adoção de hábitos para a conscientização ambiental. Por meio do diálogo permanente com a comunidade do entorno, os Investimentos socioambientais de 2013 focaram o uso múltiplo do reservatório e o desenvolvimento das comunidades de seu entorno. Em parceria com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino superior, as atividades são implantadas sob a vertente da Educação Ambiental, a qual foi trabalhada de maneira transversal envolvendo um público de mais de 10 mil pessoas primando pela sustentabilidade do reservatório, com a premissa de que "Quem ama cuida". Ao interagir com a comunidade em que atua, a Investco aposta na Educação Ambiental como caminho seguro e eficaz para transformação de uma sociedade sustentável, que opta pelo desenvolvimento aliado à conservação dos recursos naturais.

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento - Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 6463443. Pelo número, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos. Além disso, o diálogo permanente é uma ótima forma de promover a troca de conhecimentos e experiências, melhorando sempre nosso processo de gestão empresarial.

Site - Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e setor elétrico, de forma geral.

Publicações em Jornais e Diário Oficial - Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE (Diário Oficial do Estado), a Investco amplia o alcance da comunicação, promovendo o diálogo com diversos públicos, e não somente com a comunidade do entorno. Usualmente, essa forma de comunicação é utilizada para divulgar as ações realizadas pela Investco.

Comerciais Televisivos, Jornal Impresso e Rádios - Outros veículos que atingem grande parte da população são: a televisão, o Jornal Impresso e o Rádio. No último ano a Investco veiculou comerciais na TV Globo Regional, Jornal do Tocantins e nas Rádios: Jovem Palmas, CBN e 96 FM. Os temas foram o Circuito Cultural e Esportivo Investco (rádios e jornal impresso) e o Fórum das Águas (televisão, jornal e rádio).

Visitas à Usina - Trata-se de uma ferramenta que vem sendo muito procurada pela comunidade. Após solicitação por telefone, e-mail e ofício a Investco recebe grupos de visitantes na Usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação, meio ambiente ou operação e manutenção, de acordo com o perfil do visitante. Na ocasião, os visitantes assistem a um vídeo Institucional e de Segurança, uma palestra sobre a empresa e o funcionamento da Usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil pessoas de diferentes locais do país conheceram a Usina.

Projetos Esportivos com vertente de Educação Ambiental

Circuito Cultural e Esportivo Investco - 2013

Projeto que leva educação ambiental, esporte e lazer a comunidade do entorno do reservatório. Este projeto contempla vários eventos/atividades ao longo do ano, com o apoio do Poder Público, Ministério da Pesca e Aquicultura, Bombeiro, Marinha, Federações Esportivas e Associações entre outras entidades.

O evento ocorrido em outubro, na praia da Graciosa em Palmas teve como foco a promoção da educação ambiental por meio do esporte e oficinas, reunindo a comunidade em geral, colaboradores da empresa, grandes atletas e amantes do esporte. Com mais de 10 modalidades esportivas, como stand up paddle, slackline, ciclismo, natação, canoagem, bicicross e vôlei de praia, a iniciativa proporcionou a participação em massa das famílias.

Ao final dos três dias, cerca de 5.000 pessoas compareceram ao evento. Um dos destaques do Circuito foi a aproximação da comunidade com o reservatório da Usina Luís Eduardo Magalhães - Lajeado, levando a conscientização da importância de interagir com o lago de forma saudável e com respeito ao meio ambiente.

Circuito Tocantinense de Enduro a Pé:

Evento patrocinado pela Investco dentro do programa do projeto Circuito Cultural e Esportivo Investco, modalidade esportiva que consiste em corridas de regularidade, realizadas nas serras, morros e matas da região, áreas de preservação permanente do entorno do reservatório. Um esporte de aventura e conservação do meio ambiente, já que é feito um trabalho de preservação durante toda a competição, sendo uma das obrigações dos competidores recolher o lixo encontrado no caminho. As provas de enduro a pé são organizadas pela empresa 40º Graus no Cerrado.

Volta Eco ciclística do Lago:

Durante o feriado do carnaval, a Investco patrocinou a 6ª Volta Eco ciclística ao Lago de Lajeado. Durante 4 dias, cerca de 40 atletas percorreram 380 quilômetros, pelos sete municípios do entorno do reservatório da Usina Luís Eduardo Magalhães.

Apesar da grande distância percorrida, na volta Eco ciclística os atletas evitam o asfalto. Isso porque o grupo faz grande parte do percurso em trilhas e estradas de terra, promovendo a interação entre atletas e natureza. Além do incentivo ao transporte de mínimo impacto, por meio de bicicletas, os ciclistas ainda fizeram a doação de brinquedos a crianças carentes da região.

Exército:

Projeto Força no Esporte: Programa do Exército que desenvolve atividades esportivas com crianças de escolas públicas, incluindo a conscientização ambiental e o desenvolvimento de uma horta comunitária para comunidade carente do setor Taquari.

Marinha:

Projeto Navegar é Preciso - Desenvolvido em parceria com a Marinha do Brasil, Governo do Tocantins e Prefeitura de Palmas, jovens recebem aulas de vela, com foco em educação ambiental e cidadania. O objetivo é tirar essas crianças e adolescentes da ociosidade e levá-los para prática esportiva nas águas do reservatório da Usina Luís Eduardo Magalhães.

Fórum das Águas:

O Fórum das Águas é um evento que visa a conservação do reservatório da UHE Luís Eduardo Magalhães e de toda a Bacia do Rio Tocantins. Evento realizado pela Organização Jaime Câmara a nove anos e conta com o patrocínio da Investco. O Fórum das Águas é antecedido por mini fóruns nas cidades do entorno, sempre focado na Educação Ambiental para conservação das Águas.

Convênio Cipra - Companhia Independente Policial Rodoviária Ambiental

Convênio que contempla além de outras obrigações apoiar as ações de Educação Ambiental da instituição com ações voltadas aos pescadores da região do entorno do reservatório, incluindo confecção de placas educacionais e material de folheteria visando a conscientização da comunidade.

Semana de Meio Ambiente

Visando estimular o público interno sobre as questões ambientais foram realizados palestras sobre a qualidade da água, elaborado uma central de notícias online e também a elaboração de arte para confecção de camisetas distribuídas aos colaboradores.

Temporada de Praias - Educação Ambiental

Em parceria com a Associação de Moradores e Poder Público dos municípios de Porto Nacional, Tocantinia e Miracema patrocinamos atividades de educação ambiental e esporte na temporada de praia, visando sempre os usos múltiplos e também a conservação do reservatório.

Projetos de Educação

EDP nas Escolas - iniciativa que contribui para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria na qualidade do ensino fundamental em escolas públicas. No Tocantins, foram beneficiados cerca de 600 alunos no município de Porto Nacional, Escola Estadual Beira Rio, por meio da distribuição de kits escolares, Concurso de Arte com Energia e apresentação teatral com o tema Energia Humana: a energia que transforma, com foco em Valores Humanos / Bullying.

Prêmio EDP nas Artes - promovido pelo Instituto Tomie Ohtake, a iniciativa contempla a capacitação de artistas de regiões fora do eixo Rio / São Paulo. O ciclo do Prêmio é bianual, iniciando com capacitações e finalizando com a escolha das melhores obras de arte, com exposição e premiação dos artistas.

Projetos Socioambientais e culturais

Projeto Aprender e Crescer - Projeto com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, motor e sócio-afetivo, além da inclusão social, pela prática do Futebol Society. Para continuar participando do programa, os participantes têm como obrigação manter boas notas nas escolas. Foram atendidos 300 jovens entre 6 e 17 anos do município de Palmas.

Projeto Bioarte - promovido pela associação de mulheres em ação de palmas, o projeto visa qualificar e fortalecer artesãos, para diminuir o desemprego em Palmas e Brejinho de Nazaré/TO, garantindo autonomia dos mesmos, ampliando suas oportunidades de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que se preserva os recursos naturais do cerrado. Atendimento de 100 beneficiados.

Projeto Remando para a Cidadania: Visa promover cidadania a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social ou em situação de risco, por meio da prática da canoagem, utilizando o caiaque e o grande potencial do Lago da Usina, como ferramentas para a formação de atletas de alto rendimento, simultaneamente, jovens saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres, longe das drogas, voltados à família, à escola, à consciência ecológica e ao bem comum. Cem jovens foram beneficiados.

II Concurso Energias do Mundo: Concurso de trabalhos de artes visuais para alunos da rede pública de Ensino Fundamental. O projeto estimula a expressão artística no ambiente escolar, utilizando como eixo transversal de ensino um tema ambiental de ampla relevância na atualidade: as energias que movem as civilizações e os seus caminhos em direção ao futuro. O projeto capacitou 121 professores e mobilizou mais de 700 alunos, nos sete municípios impactados pela Usina.

Projeto Sob Nova Luz: Retratos da Minha Cultura - Com o objetivo de promover o senso de pertencimento de jovens dos municípios de Miracema, Porto Nacional e Brejinho de Nazaré, reforçando sua identidade e estabelecendo um diálogo com a comunidade local, o projeto capacitou e beneficiou 60 jovens, com um curso de fotografia. O resultado da formação dos jovens foi uma exposição fotográfica em cada município e uma Mostra Fotográfica em Palmas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM n° 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), em Abril de 2013, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A PwC iniciou a prestação de serviços em Abril de 2013.

Durante o processo de contratação da PwC, a Companhia considerou a natureza dos serviços não relacionados a auditoria que a PwC e suas firmas afiliadas já estavam prestando à Companhia. Estes serviços incluíam um contrato de prestação de serviços relacionados à folha de pagamento no montante de R$53, originalmente contratado em 1º de novembro de 2012. A Companhia e a PwC decidiram encerrar este contrato assim que praticável, e os serviços foram concluídos em 24 setembro de 2013. Enquanto o contrato estava em fase de descontinuação, a Companhia e a PwC adotaram medidas específicas de salvaguarda para reduzir as ameaças à independência, nos termos previstos na Resolução CFC nº 1.311/10, que aprova a NBC PA 290 - Independência - Trabalhos de Auditoria e Revisão. Estas medidas incluíram a segregação entre a equipe de prestação de serviços de folha de pagamento e a equipe de prestação de serviços de auditoria externa, e a contratação, por parte da administração do Grupo EDP, de outra empresa de auditoria independente para aplicar procedimentos de auditoria sobre a folha de pagamento no período em que a mesma foi processada pela afiliada da PwC. No entendimento da administração, as medidas de salvaguarda adotadas foram adequadas para preservar a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa. Esse trabalho foi concluído dentro do exercício de 2013. Este serviço superou o valor do contrato de auditoria em 26%.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2013, tivemos um ano desafiador, porém marcado pela nossa capacidade de adaptação às necessidades e às mudanças de mercado. Mais do que simplesmente estabelecer metas, trabalhamos para incluir todos em um único projeto, compartilhando responsabilidades e as conquistas com todos os níveis da organização.

Estes resultados são mérito da administração anterior, a qual agradeço e parabenizo pelos mesmos. Agradeço ainda aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

continua

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE
INVESTCO

1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	196.418			253.805		
Resultado operacional (RO)	92.962			154.769		
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.096			9.779		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	722	8%	0%	766	8%	0%
Encargos sociais compulsórios	2536	28%	1%	2.558	26%	1%
Previdência privada	113	1%	0%	61	1%	0%
Saúde	730	8%	0%	734	8%	0%
Segurança e saúde no trabalho	-	0%	0%	-	0%	0%
Educação	37	0%	0%	27	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	199	2%	0%	208	2%	0%
Creches ou auxílio-creche	20	0%	0%	21	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	823	9%	0%	802	8%	0%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0%	0%	-	0%	0%
Outros	189	2%	0%	22	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	**5.369**	**59%**	**3%**	**5.199**	**53%**	**2%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	30	0,03%	0,02%	54	0,03%	0,02%
Cultura	450	0,48%	0,23%	333	0,22%	0,13%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	-	0	0
Esporte	238	0,26%	0,12%	40,00	0,03%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	-	0	0
Outros	76	0,08%	0,04%	-	0	0
Total das contribuições para a sociedade	**794**	**0,85%**	**0,40%**	**427**	**0,28%**	**0,17%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	34.194	37%	17%	85.713	55%	34%
Total - Indicadores sociais externos	**34.988**	**37%**	**17%**	**85.713**	**55%**	**34%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.750	5,11%	2,42%	6.925	4,47%	2,73%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**4.750**	5,11%	2,42%	**6.925**	4,47%	2,73%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2013**			**2012**		
Nº de empregados(as) ao final do período	68			74		
Nº de admissões durante o período	10			5		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	68			52		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	12			12		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	19			16		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (1)	19			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	4			1		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2013**			**Meta 2014**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (2)	11,71			11,71		
Número total de acidentes de trabalho (3)	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	163.398			225.514		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	22% governo 26% acionistas	7% colaboradores(as) 22% terceiros	23 %retido	39% governo 27% acionistas	5% colaboradores(as) 15% terceiros	14% retido

7 - Outras Informações

(1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.
(2) Não foram considerados os Conselheiros por não comporem o headcount do Grupo.
(3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros.
Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.
Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
Informações não auditadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado	01/01/2012 Reclassificado
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.660	6.023	3.314
Rendas a receber	6	17.624	22.779	16.870
Concessionárias	5	683	549	582
Impostos e contribuições sociais	7	8.492	453	327
Estoques	10	4.160	3.729	4.696
Cauções e depósitos vinculados	11		19	
Despesas pagas antecipadamente			5	664
Outros créditos		15	31	103
		53.634	**33.588**	**26.556**
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8			8.285
Cauções e depósitos vinculados	11	451	1.117	1.193
Outros créditos		2		
		453	**1.117**	**9.478**
Imobilizado	12	1.256.876	1.286.836	1.317.098
Intangível	13	25.390	26.138	26.862
		1.282.266	**1.312.974**	**1.343.960**
Total do ativo		**1.336.353**	**1.347.679**	**1.379.994**

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado	01/01/2012 Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Circulante				
Fornecedores	14	3.708	4.850	3.220
Impostos e contribuições sociais	7	9.803	21.258	17.420
Dividendos	15	38.167	43.330	16.011
Partes relacionadas	9			54.752
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	10.637	11.849	60.989
Benefícios pós-emprego	17	37	19	12
Obrigações estimadas com pessoal	20	1.988	2.286	1.365
Encargos regulamentares e setoriais	18	559	300	89
Uso do bem público	19	4.057	3.894	3.634
Provisões	21	4.339	7.496	8.519
Outras contas a pagar		426	416	268
		73.721	**95.698**	**166.279**
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	13.418	14.618	
Empréstimos e financiamentos	16	77.073	73.624	75.113
Benefícios pós-emprego	17	698	957	668
Partes relacionadas	9	86	487	132
Encargos regulamentares e setoriais	18	368	334	41
Uso do bem público	19	40.861	39.612	37.814
Provisões	21	13.914	13.078	14.758
		146.418	**142.710**	**128.526**
Patrimônio Líquido				
Capital social	22.1	804.459	804.459	804.459
Reservas de capital	22.3.1	14.473	14.473	14.473
Reservas de lucros	22.3.2	297.232	290.861	266.708
Outros resultados abrangentes	22.3.4	50	(254)	(171)
Prejuízos acumulados			(268)	(280)
		1.116.214	**1.109.271**	**1.085.189**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.336.353**	**1.347.679**	**1.379.994**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 Reclassificado
Receitas	23	196.418	253.805
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo do serviço de energia elétrica	24		
Energia elétrica comprada para revenda		(90)	(142)
Encargos de uso da rede elétrica		(1.390)	(1.386)
		(1.480)	**(1.528)**
Custo de operação	24		
Pessoal		(6.587)	(6.766)
Materiais e serviços de terceiros		(5.412)	(4.863)
Depreciações e amortizações		(36.585)	(35.446)
Outros custos de operação		(76)	(69)
		(48.660)	**(47.144)**
		(50.140)	**(48.672)**
Lucro bruto		**146.278**	**205.133**
Despesas e Receitas operacionais	24		
Despesas com vendas		20	(22)
Despesas gerais e administrativas		(18.362)	(16.843)
Depreciações e amortizações		(455)	(585)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.516)	(2.612)
		(20.313)	**(20.062)**
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		**125.965**	**185.071**
Resultado das participações societárias			
Receitas financeiras		2.611	1.955
Despesas financeiras		(35.614)	(32.257)
Resultado financeiro	25	**(33.003)**	**(30.302)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**92.962**	**154.769**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.118)	(37.695)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.357	(22.945)
	26	**(12.761)**	**(60.640)**
Resultado líquido do exercício		**80.201**	**94.129**
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico por ação (Reais/Ação)	27		
ON		0,05216	0,06122
PNR		0,03314	0,03890
PNA		0,00211	0,00248
PNB		0,00067	0,00078
PNC		0,01390	0,01632
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)	27		
ON		0,05216	0,06122
PNR		0,03314	0,03890
PNA		0,00211	0,00248
PNB		0,00067	0,00078
PNC		0,01390	0,01632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 Reclassificado
Resultado líquido do exercício		80.201	94.129
Outros resultados abrangentes	22.3.4		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		461	(125)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(157)	42
Resultado abrangente do exercício		**80.505**	**94.046**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013	2012 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	92.962	154.769
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(20)	22
Depreciações e amortizações	37.040	36.031
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	741	197
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		4.027
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.283	17.098
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	5.057	5.470
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	100	(98)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	5.413	3.587
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	496	898
Ajuste a valor presente	9.551	3.231
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	870	277
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(1)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(22)	(15)
	166.470	**225.494**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(114)	11
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.097)	(2.395)
Estoques	(431)	967
Cauções e depósitos vinculados	686	57
Despesas pagas antecipadamente	5	659
Rendas a receber	5.155	(5.909)
Outros ativos operacionais	16	72
	4.220	**(6.538)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(1.142)	1.630
Outros tributos e contribuições sociais	(6.628)	3.500
Benefícios pós-emprego	120	269
Obrigações estimadas com pessoal	(298)	921
Encargos regulamentares e setoriais	(577)	227
Provisões	(8.230)	(7.188)
Uso do bem público	(3.645)	(3.412)
Outros passivos operacionais	8	148
	(20.392)	**(3.905)**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**150.298**	**215.051**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.610)	(41.018)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**118.688**	**174.033**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(7.159)	(6.484)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(7.159)**	**(6.484)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(401)	(58.424)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(72.894)	(35.458)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(21.597)	(56.655)
Encargos de dívidas líquido de derivativos		(14.303)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	**(94.892)**	**(164.840)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**16.637**	**2.709**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.660	6.023
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.023	3.314
	16.637	**2.709**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2013	2012 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**225.783**	**286.891**
Receita operacional	218.603	280.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	21	(22)
Receita relativa à construção de ativos próprios	7.159	6.484
Outras receitas		7
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(27.870)**	**(26.060)**
Custos da energia comprada	(99)	(157)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.531)	(1.527)
Materiais	(2.749)	(3.699)
Serviços de terceiros	(19.195)	(17.268)
Outros custos operacionais	(4.296)	(3.409)
Valor adicionado bruto	**197.913**	**260.831**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(37.126)	(37.272)
Valor adicionado líquido produzido	**160.787**	**223.559**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.611	1.955

	2013	2012 Reclassificado
Valor adicionado total a distribuir	**163.398**	**225.514**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	8.765	8.901
Benefícios	1.661	1.523
FGTS	696	567
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	35.499	87.428
Estaduais	337	67
Municipais	119	109
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	35.614	32.257
Aluguéis	506	533
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	41.811	47.911
	125.008	**179.296**
Lucros retidos	**38.390**	**46.218**
	163.398	**225.514**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**804.459**	**14.473**	**266.537**	**-**	**-**	**1.085.469**
Ajuste de exercícios anteriores			171	(171)	(280)	(280)
Saldos em 1º de janeiro de 2012 (Reclassificado)	**804.459**	**14.473**	**266.708**	**(171)**	**(280)**	**1.085.189**
Dividendo adicional aprovado - AGO 12/04/2012			(22.053)			(22.053)
Lucro líquido do exercício					94.129	94.129
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.706		(4.706)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(47.911)	(47.911)
Dividendo adicional proposto			41.500		(41.500)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(125)		(125)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				42		42
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**804.459**	**14.473**	**290.861**	**(254)**	**(268)**	**1.109.271**

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	**804.459**	**14.473**	**290.607**	**-**	**-**	**1.109.539**
Ajuste de exercícios anteriores			254	(254)	(268)	(268)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	**804.459**	**14.473**	**290.861**	**(254)**	**(268)**	**1.109.271**
Dividendo adicional aprovado - AGO 08/04/2013 (Nota 18.2.1)			(31.751)			(31.751)
Lucro líquido do exercício					80.201	80.201
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal (Nota 22.2)			3.997		(3.997)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(41.811)	(41.811)
Dividendo adicional proposto			34.125		(34.125)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				461		461
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(157)		(157)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**804.459**	**14.473**	**297.232**	**50**	**-**	**1.116.214**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A., com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, desde a entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão (Nota 19).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria (Nota 18.1).

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 19 de fevereiro de 2014.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajustadas ao valor presente, quando aplicável.

Na Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 10)

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, que estão classificados na rubrica de Imobilizado, e os utilizados na operação e manutenção, que estão classificados na rubrica de Estoques, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel.

e) Imobilizado (Nota 12)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão, os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Na data do término da concessão, para efeito de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis para a União, o valor residual dos ativos serão atualizados de acordo com critério a ser definido pela Aneel. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisados os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Ativo intangível (Nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

• Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Licenças ambientais (Notas 13 e 21.2)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores (Nota 14)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

l) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

m) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

p) Benefícios pós-emprego (Nota 17)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) nos termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2013.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem, diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

q) Uso do bem público (Nota 19)

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão, calculados até o final do contrato de concessão, atualizado pelo IGP-M e reconhecido a valor presente pela taxa implícita no respectivo contrato.

r) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido a menos que sejam resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

As ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C", devido à suas características, estão classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39.

s) Dividendos (Nota 15)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, encargos de empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

u) Resultado por ação (Nota 27)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação.

v) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente. Apesar do CPC 01 requerer o teste de imparidade somente quando há indicador de imparidade ou ativo de vida útil indefinida, a Companhia adota como prática a avaliação de imparidade em base anual.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 2.2 item b); Transações realizadas no âmbito da CCEE (nota 2.2 item b); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (nota 2.2 item o); Recuperação dos ativos - *impairment* (nota 2.2 item i); Mensuração de instrumentos financeiros (nota 2.2 item w); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 2.2 item m); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (nota 2.2 item h e item m) e ao plano de Benefícios pós-emprego (nota 2.2 item p).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

w) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

x) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.3.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

A Companhia está avaliando e ainda não concluiu pelos efeitos e a aplicabilidade das normas abaixo, as quais são aplicáveis a partir de 1º janeiro de 2014, exceto o IFRS 9, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRIC 21 - Impostos

A IFRIC 21 é uma interpretação do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O IAS 37 estabelece critérios para o reconhecimento de um passivo, um dos quais é a exigência de que a entidade tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado (conhecido como fato gerador da obrigação). Esta interpretação esclarece que o fato gerador da obrigação que dá origem a uma obrigação de pagar uma taxa é a atividade descrita na legislação pertinente que desencadeia o pagamento da taxa.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas".

IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros

O IASB publicou alterações ao IAS 36 relativas à divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. As alterações introduzidas pelo IAS 36 exigem que a entidade deverá divulgar o valor recuperável dos ativos depreciados, que é baseado no valor justo menos os custos estimados de alienação.

Existem, adicionalmente, alterações incorporadas na IAS 36, na sequência da introdução da IFRS 13 - 'Justo valor: mensuração e divulgação', que vêm a ser corrigidas por meio desta emenda - eliminação do requisito de divulgação do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa com ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou *goodwill*, quando não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos quanto: (i) a eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações financeiras em Outros Resultados Abrangentes (prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010); (ii) reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados; e (iii) reconhecimento da despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecido pelo valor líquido com base na taxa de desconto.

As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa.

Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Os impactos na Companhia estão demonstrados na Nota 2.4.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros, foram complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma resultou em uma divulgação mais abrangente das demonstrações financeiras.

2.4 Reclassificações dos exercícios anteriores

Em janeiro de 2013 entraram em vigor os seguintes CPCs: CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46. Alguns destes CPCs trouxeram mudanças nas práticas contábeis da Companhia e, conforme previsto no CPC 23, mudanças nas práticas contábeis requerem aplicação retrospectiva ao exercício apresentado comparativamente mais antigo.

Conforme requisito do CPC 26 (R1), quando a Companhia incorrer em mudança na política contábil ou reclassificação de saldos de exercícios anteriores, ela deverá apresentar um terceiro balanço patrimonial no início do período anterior precedente ao período atual. Assim, para fins de comparabilidade, apresentamos os efeitos dos ajustes relativos a 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, conforme descrito abaixo:

(a) Mudança de prática

O CPC 33 (R1) trouxe mudanças de práticas contábeis para a Companhia quanto ao reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados que, anteriormente, eram diferidos pelo prazo médio da realização do benefício. Para fins de comparabilidade, foram feitos ajustes retroativos para atendimento das mudanças de práticas contábeis para melhor apresentação nos valores anteriormente divulgados.

(b) Reclassificações

A natureza das reclassificações são: (i) CPC 26 (R1) - Apresentação líquida de ativos e passivos dos serviços em cursos relativos à P&D; (ii) CPC 33 (R1) - Reclassificação dos ganhos e perdas atuariais da rubrica Reservas de lucros para Outros resultados abrangentes; (iii) CPC 32 - a apresentação líquida de ativos e passivos dos tributos sobre o lucro; (iv) Reclassificação para a apresentação líquida dos demais tributos, que não os abrangidos pelo CPC 32.

2.4.1 Balanço Patrimonial

	01/01/2012						
	Publicado	CPC 26 - Apresentação líq. dos serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado
Ativo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	22.468				(22.040)	(101)	327
Outros créditos	172	(69)					103
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.140		145				8.285
Total do ativo	**1.402.059**	**(69)**	**145**	**-**	**(22.040)**	**(101)**	**1.379.994**
Passivo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	39.561				(22.040)	(101)	17.420
Encargos regulamentares e setoriais	158	(69)					89
Não Circulante							
Benefícios pós-emprego	243		425				668
Patrimônio Líquido							
Reservas de lucros	266.537			171			266.708
Outros resultados abrangentes				(171)			(171)
Lucros acumulados			(280)				(280)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.402.059**	**(69)**	**145**	**-**	**(22.040)**	**(101)**	**1.379.994**

	31/12/2012						
Ativo	Publicado	CPC 26 - Apresentação líq. dos serviços em curso de P&D	CPC 33 - Reconhecimento dos custos dos serviços passados	CPC 33 - Reclassificação de ganhos e perdas Atuariais	CPC 32 - Tributo sobre o Lucro	Reclassificações	Saldo ajustado
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	28.848				(28.224)	(171)	453
Outros créditos	79	(48)					31
Total do ativo	**1.376.122**	**(48)**	**-**	**-**	**(28.224)**	**(171)**	**1.347.679**
Passivo							
Circulante							
Impostos e contribuições sociais	49.653				(28.224)	(171)	21.258
Encargos regulamentares e setoriais	348	(48)					300
Não Circulante							
Impostos e contribuições sociais diferidos	14.756		(138)				14.618
Benefícios pós-emprego	551		406				957
Patrimônio Líquido							
Reservas de lucros	290.607			254			290.861
Outros resultados abrangentes				(254)			(254)
Lucros acumulados			(268)				(268)
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.376.122**	**(48)**	**-**	**-**	**(28.224)**	**(171)**	**1.347.679**

2.4.2 Demonstração do resultado

	2012		
	Publicado	CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados	Saldo ajustado
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(16.862)	19	(16.843)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	185.052	19	185.071
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	154.750	19	154.769
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.938)	(7)	(22.945)
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias	94.117	12	94.129
Resultado líquido do exercício	**94.117**	**12**	**94.129**

2.4.3 Demonstração do fluxo de caixa

A natureza das reclassificações são: (i) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados impactando negativamente Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social e a Provisão para plano de benefícios pós-emprego no valor de R$19; (ii) Reclassificação para melhor apresentação dos saldos contábeis: da rubrica de Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures para Ajuste a valor presente no valor de R$3.231; das Despesas pagas antecipadamente no valor de R$815, anteriormente alocadas nas atividades operacionais para ajuste ao resultado do exercício; da rubrica Provisão para cr éditos de liquidação duvidosa e perdas líquida para Concessionárias no valor de R$44; da rubrica Outros ativos operacionais para a rubrica de Encargos regulamentares e setoriais no valor de R$21; e a rubrica Uso do bem público anteriormente alocada nas atividades de financiamento para as atividades operacionais no valor de R$3.412.

2.4.4 Demonstração do valor adicionado

As reclassificações na DVA referem-se: (i) CPC 33 (R1) - Reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados impactando positivamente a rubrica Remuneração direta (R$19) e negativamente Impostos, taxas e contribuições - Federais (R$7) em contrapartida da rubrica Lucros retidos (R$12).

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração e comercialização do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica - ABRACEEL, da Associação Brasileira de Geradores Termelétricas - ABRAGET, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica dos custos do despacho adicional de usinas termelétricas por razão de segurança energética, em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e sem a previsão de compensação econômico-finaceira.

Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representantes dos agentes de geração e agentes comercializadores, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em agosto/2013, o Tribunal Regional Federal - TRF deferiu o pedido da União para suspender os efeitos da liminar reestabelecendo a eficácia dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013 para os associados da ABRACEEL. No âmbito da ação ajuizada pela APINE, o TRF decidiu pela sua manutenção até julgamento final do recurso interposto pela União.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor da contingência na Companhia é de R$91.

3.2 Medida Provisória n° 627/13 e Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1.397/13

A Medida Provisória (MP) n° 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n° 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principias alterações nas regras tributárias a MP revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras alterações. A referida MP já recebeu mais de 500 emendas e a Companhia aguardará a conversão em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e em uma avaliação preliminar concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Bancos conta movimento	12.507	6.023
Aplicações financeiras - renda fixa	10.153	
Total	**22.660**	**6.023**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados a taxas que variam de 93,0% a 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5 Concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2013	Saldo líquido em 31/12/2012
Circulante						
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	528		528		528	472
Energia de curto prazo	106		106		106	18
Encargos de uso da rede elétrica	49		49		49	59
Total Circulante	**683**	**-**	**683**	**-**	**683**	**549**
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo		15	15	(15)		
Total Não Circulante	**-**	**15**	**15**	**(15)**	**-**	**-**

O saldo em 31 de dezembro de 2013 é composto por valores a vencer e a Companhia entende que a PCLD constituída no Não circulante é suficiente para refletir a expectativa de perdas.
A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

6 Rendas a receber

	31/12/2013	31/12/2012
Lajeado Energia	12.866	16.629
Paulista Lajeado Energia	1.233	1.594
CEB Lajeado	3.525	4.556
	17.624	**22.779**

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).
O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,33% corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.
Desta forma, no ano de 2013, a redução é proveniente da aplicação do CA existente no cálculo do valor de arrendamento entre os exercícios.

7 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2012 Reclassificado	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	33		22	22.133	(434)	(13.706)	8.048
PIS e COFINS	-	661			(3)	(658)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	412	436				(412)	436
Outros	8						8
Total	**453**	**1.097**	**22**	**22.133**	**(437)**	**(14.776)**	**8.492**
Circulante	453						8.492
Total	**453**						**8.492**

	Saldo em 31/12/2012 Reclassificado	Adição	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclas-sificação	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	9.477	14.118	(9.477)			(14.118)	-
ICMS sobre diferencial de alíquota	20	229	(237)				12
PIS e COFINS	1.985	20.221	(19.565)	(437)		(658)	1.546
ISS	57	236	(215)		(12)		66
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	13	507	(500)				20
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	29	149	(156)				22
IRRF sobre juros s/capital próprio	9.278	7.260	(8.837)				7.701
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	-	185	(185)				-
Encargos com pessoal	399	3.153	(3.128)		12		436
Total	**21.258**	**46.058**	**(42.300)**	**(437)**	**-**	**(14.776)**	**9.803**
Circulante	21.258						9.803
Total	**21.258**						**9.803**

7.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio
Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2013 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R$7.701, conforme legislação (Nota 22.2) liquidado em janeiro de 2014.
7.2 Parcelamento de impostos - Leis nº 11.941/09 e nº 12.865/13
Em 10 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, reabrindo o prazo de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 para débitos que não foram incluídos no programa em 2009. O prazo para nova inclusão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2013 e a Companhia formalizou em dezembro junto à Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão de débitos de Imposto Territorial Rural - ITR ao novo programa no montante de R$695. O efeito da adesão ao novo programa foi uma redução de R$408 (R$83 de juros e R$325 de multas e encargos) e o saldo remanescente foi quitado por meio de pagamento à vista no valor de R$287.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos
O saldo passivo de R$13.418, é saldo líquido que considera a existência de créditos fiscais diferidos no valor de R$12.822, incidentes sobre diferenças temporárias, sobre as quais foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.
8.1 Composição e base de cálculo

		Passivo Não Circulante 31/12/2013			31/12/2012	Resultado 2013	Resultado 2012
Natureza dos créditos	**Nota**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total Reclassificado**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4)	(1)	(5)	(12)	(7)	7
Benefício pós-emprego		(181)	(65)	(246)	(332)	71	56
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(1.091)	(393)	(1.484)	(855)	629	9
Total diferenças temporárias		**(1.276)**	**(459)**	**(1.735)**	**(1.199)**	**693**	**72**
Diferenças Temporárias - RTT							
Licenças ambientais - CPC 25		1.889	680	2.569	1.775	(794)	(1.408)
Uso do bem público - CPC 25		(8.152)	(2.935)	(11.087)	(10.387)	700	922
Instrumentos financeiros - CPC 39	8.1.1	17.406	6.265	23.671	24.429	758	(22.531)
Total diferenças temporárias - RTT		**11.143**	**4.010**	**15.153**	**15.817**	**664**	**(23.017)**
Total Passivo Diferido		**9.867**	**3.551**	**13.418**	**14.618**		
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos						**1.357**	**(22.945)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$1.357 e a débito de Patrimônio líquido em R$157.
8.1.1 Instrumentos financeiros - CPC 39
As diferenças temporárias provenientes de Instrumentos financeiros - CPC 39, referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 16).

9 Partes relacionadas
Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	**Contraparte**	**Data da transação**	**Período de duração**	**Preço praticado R$/MWh em 31/12/2013**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**2013**	**2012**
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	EDP Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	143,10	154	151			1.503	1.578
	EDP Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	143,10	4	4			46	43
					158	**155**	**-**	**-**	**1.549**	**1.621**
Rendas a receber										
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		12.866	16.629			140.109	181.086
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.525	4.556			38.386	49.612
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.233	1.594			13.435	17.364
					17.624	**22.779**	**-**	**-**	**191.930**	**248.062**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP - Energias do Brasil	01/07/2012	Até a emissão de nova Resolução da ANEEL				67	475	(955)	(475)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.807/13	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				19	12	(200)	(136)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014						(189)	(185)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP - Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(406)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012							(3.621)
					-	**-**	**86**	**487**	**(1.344)**	**(4.823)**
Total					**17.782**	**22.934**	**86**	**487**	**192.135**	**244.860**

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:
a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.
A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte por meio do *timesheet*.
A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de Janeiro de 2012.
Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.
Em 28 de junho de 2012, por meio do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.
Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL por meio do Ofício Circular nº 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012. No dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tivesse vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012, sendo o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.
Atualmente, a ANEEL está analisando o tema compartilhamento de recursos humanos no âmbito da Consulta Pública nº 12/2013, cujo período de contribuições encerrou-se em 31 de dezembro de 2013. Quando da

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as seguintes empresas: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Serra - ES tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID e EDP Renováveis; (iii) Escritório em Campo Grande - MS tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. Estes contratos tem vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011.

As alterações nos percentuais de rateio devem ser submetidas anualmente à anuência prévia da ANEEL, e neste sentido, o Despacho nº 1.692, de 17 de maio de 2012, anuiu o primeiro Termo Aditivo dos Contratos da Sede em São Paulo.

Em junho de 2013, em função da mudança de endereço da sede social do Grupo EDP - Energias do Brasil em São Paulo, foram firmados os segundos Termos Aditivos aos Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura. Até a publicação da anuência desses aditivos, em 7 de agosto de 2013, por meio do Despacho nº 2.807/13, os gastos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, foram assumidos integralmente pela EDP - Energias do Brasil e posteriormente repassados em setembro de 2013 às Contratantes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 30.2).

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A., sua controladora direta, CEB Lajeado S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A., acionistas não controladores.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Conselho de Administração
Remuneração Fixa: 100%
Diretoria
Remuneração Fixa: 100%
Conselho Fiscal
Remuneração Fixa: 100%

9.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R$)	**76.003**	**342.084**	**108.000**	**526.087**
Salário ou pró-labore	63.336	285.070	90.000	438.406
Encargos sociais	12.667	57.014	18.000	87.681
Valor Total da remuneração	**76.003**	**342.084**	**108.000**	**526.087**

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R$100.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R$300.000,00, para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de Abril de 2013.

(***) Das 5 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R$108.000,00 para o período de abril de 2013 a março de 2014, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 8 de abril de 2013.

9.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em R$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	76.003	228.636	21.600
Valor da menor remuneração individual	76.003	113.448	21.600
Valor médio da remuneração individual	76.003	171.036	21.600

10 Estoques

	31/12/2013	31/12/2012
Material de almoxarifado	4.160	3.729
Total	**4.160**	**3.729**

11 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Depósitos judiciais			451	1.117
Cauções e depósitos vinculados		19		
Total	**-**	**19**	**451**	**1.117**

12 Imobilizado

	31/12/2013				31/12/2012 Reclassificado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação aumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	684.269	(151.985)	532.284	2,00	688.262	(139.142)	549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	332.236	(89.516)	242.720	3,25	332.237	(82.069)	250.168
Máquinas e equipamentos	4,51	405.408	(128.975)	276.433	5,07	402.152	(117.035)	285.117
Veículos	14,29	839	(775)	64	14,29	984	(897)	87
Móveis e utensílios	6,25			-	11,46	1		1
		1.537.262	**(371.251)**	**1.166.011**		**1.538.154**	**(339.143)**	**1.199.011**
Sistema de transmissão associada								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(3.913)	4.415	3,71	8.379	(3.658)	4.721
Máquinas e equipamentos	3,40	72.883	(24.661)	48.222	3,66	72.799	(21.674)	51.125
		81.211	**(28.574)**	**52.637**		**81.178**	**(25.332)**	**55.846**
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,34	439	(273)	166	13,74	1.370	(1.022)	348
Veículos	14,29	677	(323)	354	14,29	678	(227)	451
Móveis e utensílios	6,25	389	(245)	144	6,29	538	(333)	205
		1.505	**(841)**	**664**		**2.586**	**(1.582)**	**1.004**
Total do Imobilizado em serviço		**1.619.978**	**(400.666)**	**1.219.312**		**1.621.918**	**(366.057)**	**1.255.861**
Imobilizado em curso								
Geração								
Terrenos (Nota 21.1.1.2)		14.305		14.305		14.209		14.209
Outros		23.259		23.259		16.766		16.766
Total do Imobilizado em curso		**37.564**	**-**	**37.564**		**30.975**	**-**	**30.975**
Total do Imobilizado		**1.657.542**	**(400.666)**	**1.256.876**		**1.652.893**	**(366.057)**	**1.286.836**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2012	Aquisições	Transferência do intangível em curso	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2013
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518				(8)		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	549.120			(13.305)		(3.531)	532.284
Edificações, obras civís e benfeitorias	254.889			(7.727)	(2)	(25)	247.135
Máquinas e equipamentos	336.590		31	(15.151)	(306)	3.657	324.821
Veículos	538		106	(126)		(100)	418
Móveis e utensílios	206			(26)	(35)	(1)	144
Total do imobilizado em serviço	**1.255.861**	**-**	**137**	**(36.335)**	**(351)**	**-**	**1.219.312**
Total do Imobilizado em curso	**30.975**	**7.089**	**(112)**	**-**	**(388)**	**-**	**37.564**
Total do imobilizado	**1.286.836**	**7.089**	**25**	**(36.335)**	**(739)**	**-**	**1.256.876**

Para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Companhia realizou em 2013 a conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais. Durante o levantamento e conciliação não houve ajustes significativos, apenas a reclassificação entre classes para a melhor adequação da base do ativo Imobilizado em atendimento da referida Resolução. As principais reclassificações envolveram os itens Reservatórios, barragens e adutoras para Máquinas e equipamentos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de proceder o teste de recuperabilidade dos ativos pela Administração da Companhia.

13 Intangível

	31/12/2013				31/12/2012			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização aumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00			-	20,00	975	(802)	173
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.828)	12.309	3,22	20.137	(7.180)	12.957
		20.137	**(7.828)**	**12.309**		**21.112**	**(7.982)**	**13.130**
Sistema de transmissão associada								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111	**-**	**111**	**-**	**111**	**-**	**111**
Administração								
Software	20,00	1.441	(1.136)	305	20,00	414	(190)	224
		1.441	**(1.136)**	**305**		**414**	**(190)**	**224**
Total do Intangível em Serviço		**21.689**	**(8.964)**	**12.725**		**21.637**	**(8.172)**	**13.465**
Intangível em curso								
Geração		12.510		12.510		12.508		12.508
Administração		155		155		165		165
Total do Intangível em Curso		**12.665**	**-**	**12.665**		**12.673**	**-**	**12.673**
Total do Intangível		**34.354**	**(8.964)**	**25.390**		**34.310**	**(8.172)**	**26.138**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2012	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2013
Intangível em serviço						
Software	397		51	(143)		305
Servidão permanente	111					111
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.957			(648)		12.309
Outros Intangíveis em curso	12.673	70	(76)		(2)	12.665
Total do Intangível	**26.138**	**70**	**(25)**	**(791)**	**(2)**	**25.390**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão e de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes, não são amortizadas.

Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R$12.665, relativo ao Intangível em curso, R$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo e homologado junto à ANEEL.

Para atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09, a Companhia realizou em 2013 a conciliação físico-contábil dos bens patrimoniais. Durante o levantamento e conciliação não houve ajustes significativos, apenas a transferência de *Software* do segmento de Geração para Administração para melhor adequação da referida Resolução.

14 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica		1
Encargos de uso da rede elétrica	150	152
Operações CCEE		93
Materiais e serviços	3.558	4.604
Total	**3.708**	**4.850**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Dividendos

Em 8 de abril de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R$31.751 e Juros sobre o capital próprio - JSCP no valor de R$47.911 aos acionistas detentores de ações ordinárias; dividendos no valor de R$9.748 e JSCP no valor de R$13.940 aos acionistas detentores de ações preferenciais resgatáveis de Classes "A" e "C" referentes ao exercício de 2012 a serem pagos no decorrer do exercício de 2013, sem ajuste, na forma e época determinada pela Diretoria.

Em 26 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP no montante bruto de R$53.878, sendo R$41.811 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e R$12.067 aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A", "B" e "C". Os JSCP serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

				31/12/2013				31/12/2012			
				Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional											
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis A, B e C	8,70% a.a.	Dividendos anuais e pagamento do principal	10.637	44.828	32.245	87.710	11.849	52.331	21.293	85.473
Total				**10.637**	**44.828**	**32.245**	**87.710**	**11.849**	**52.331**	**21.293**	**85.473**

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 30.2.

16.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2012	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2013
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Juros	11.849	(21.597)	14.283	6.102		10.637
	11.849	**(21.597)**	**14.283**	**6.102**	**-**	**10.637**
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Principal	21.292				10.953	32.245
Juros	52.332			(6.102)	(1.402)	44.828
	73.624	**-**	**-**	**(6.102)**	**9.551**	**77.073**

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional
Circulante	
2014	10.637
	10.637
Não circulante	
2015	4.342
2016	3.995
2017	3.675
2018	3.381
2019	3.110
2020 até 2024	12.193
2025 até 2029	8.034
2030 até 2033	38.343
	77.073
Total	**87.710**

17 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Em 13 de dezembro de 2012 foi aprovada a deliberação CVM nº 695 que alterou o CPC 33 para versão (R1) com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2013. Deste modo, os custos dos serviços passados começaram a ser reconhecidos integralmente no resultado do período em que ocorrem. A Companhia aplicou retrospectivamente ao exercício de 2011, data em que ocorreu o evento, esta mudança de política contábil com base no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado
Assistência médica Lei nº 9.656/98	29	19	698	957
Previdência Privada	2			
Previdência Privada - EnerPrev	6			
	37	**19**	**698**	**957**

17.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGBL, este contratado por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$97 (R$52 em 31 de dezembro de 2012).

Esse plano tem a adesão de 34 colaboradores.

17.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2013 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

	2013		2012 Reclassificado	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(976)	(976)	(676)	(676)
Custo do serviço corrente	(122)	(122)	(106)	(106)
Custo dos juros	(90)	(90)	(69)	(69)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	461	461	(125)	(125)
Saldo final reconhecido	**(727)**	**(727)**	**(976)**	**(976)**

As contribuições da Companhia esperadas para este plano durante o exercício de 2014 são de R$29.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado, e ganhos e perdas atuariais reconhecida em Outros resultados abrangentes em contrapartida à rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2013	2012
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	122	106
Custo dos juros	90	69
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	**212**	**175**
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(196)	(49)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(265)	174
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(461)**	**125**
Total	**(249)**	**300**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem (Nota 22.3.4). O saldo de ganho atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2013 é de R$50 (perda atuarial de R$254 em 31 de dezembro de 2012).

O número de participantes considerados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

	Assistência médica e Seguro de vida	
	2013	2012
Participantes ativos	59	64
Total	**59**	**64**

A análise de sensibilidade de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir:

Análise de sensibilidade	Assistência Médica e Odontológica
Pressupostos Centrais	727
Taxa de desconto	
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(40)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	44
Mortalidade	
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	1

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha.

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2013	2012
Taxa de desconto - nominal	12,00% a.a.	9,30% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11,59% a.a. em 2014, reduzindo linearmente para 6,05% a.a. até 2025	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

18 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2012 Reclassificado	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		49	223		(231)		41
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	18.1	583	1.964	42	(1.231)	(473)	885
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	17		(18)		1
Total		**634**	**2.204**	**42**	**(1.480)**	**(473)**	**927**
Circulante		300					559
Não circulante		334					368
Total		**634**					**927**

18.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os valores das obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programa de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2013 no montante de R$885 (R$583 em 31 de dezembro de 2012) contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

19 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 31 de dezembro de 2013 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no exercício, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldos em 31/12/2012	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Amortizações	Transferência	Saldo em 31/12/2013
Circulante						
Uso do bem público	3.894	(4)	187	(3.645)	3.625	4.057
	3.894	**(4)**	**187**	**(3.645)**	**3.625**	**4.057**
Não Circulante						
Uso do bem público	39.612	941	3.933		(3.625)	40.861
	39.612	**941**	**3.933**	**-**	**(3.625)**	**40.861**

20 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2013	31/12/2012
Folha de pagamento	1.675	2.023
INSS e FGTS	313	263
Total	**1.988**	**2.286**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

21 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			7.969	7.629
Licenças ambientais	4.339	7.496	5.945	5.449
Total	**4.339**	**7.496**	**13.914**	**13.078**

21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo							Ativo	
				Baixas					Depósito Judicial	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2012	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	1.746	262	(203)	(1.356)	(381)		68	373	996
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm	4.383	2.729	(5.072)	(501)	4.862		6.401	31	
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm	-	185			102	(287)	-		
Outros		1.500						1.500		
Total		**7.629**	**3.176**	**(5.275)**	**(1.857)**	**4.583**	**(287)**	**7.969**	**404**	**996**
Não circulante		7.629						7.969	404	996
Total		**7.629**						**7.969**	**404**	**996**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Em julho de 2013 a Companhia firmou acordo judicial no montante de R$4.980, sendo R$985 referente a valor nominal da ação e R$3.994 referente à atualização monetária relativo à ação de indenização por danos materiais e morais pelo enchimento do reservatório.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R$14.305 (R$14.209 em 31 de dezembro de 2012) e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 12).

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	75	60	35	36
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm	88.590	87.679	1	32
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm	2.286	930		
Total		**90.951**	**88.669**	**36**	**68**

21.1.2.1 Cíveis

Indenizações

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 21.1.1.2 - Indenizações, no montante de R$88.070 em 31 de dezembro de 2013 (R$87.505 em 31 de dezembro de 2012).

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja perda foi estimada como remota. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2013 é de R$11 (R$53 em 31 de dezembro de 2012), correspondentes a ações trabalhistas.

21.2 Licenças Ambientais

O montante de R$10.284 (R$12.945 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreu contra o Imobilizado, pelos tais estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

De acordo com Estatuto Social, o capital social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é de R$961.794. Para fins de demonstrações financeiras, o capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é de R$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2013 de R$157.335 (R$157.335 em 31 de dezembro de 2012) é correspondente às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". Devido à suas características, essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e ajustadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39 (notas 16 e 28.2.1).

Em 23 de outubro de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que recebeu correspondência enviada pela controladora Lajeado esclarecendo acerca do resgate das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C". Na referida correspondência, a Lajeado ratifica o entendimento de que, com base nas características e condições estatutárias referentes às Ações Preferenciais e respectiva remuneração, e ainda, a origem das referidas Ações Preferenciais, irá resgatar, até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033, as ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" de emissão da Companhia.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2013 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2012:

	31/12/2013											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd. de ações "ON"	% Participação	Qtd. de ações "PNR"	% Participação	Qtd. de ações "PNA"	% Participação	Qtd. de ações "PNB"	% Participação	Qtd. de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	**100,00**	**255.560**	**100,00**	**16.289**	**100,00**	**5.156**	**100,00**	**107.199**	**100,00**	**786.406**	**100,00**

22.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

a) 5% da Reserva legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei n° 6.404/76;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da Reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de lucros a realizar formada em períodos anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do período, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2013
Lucro líquido apurado no exercício	80.201
Prejuízos acumulados	(268)
Lucro líquido ajustado	**79.933**
Constituição da reserva legal - 5%	(3.997)
	75.936
Destinação do lucro	**75.936**
Dividendos intermediários - JSCP	41.811
Dividendo Adicional Proposto	34.125
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - R$- JSCP	0,00005

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 Reclassificado
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	22.3.1	14.473	14.473
		14.473	**14.473**
Outros resultados abrangentes	22.3.4		
(Perda)/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego		76	(385)
IRPJ/CSLL Diferido		(26)	131
		50	**(254)**
Reservas de lucros			
Reserva legal		30.690	26.693
Retenção de lucros	22.3.2	137.848	128.099
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	22.3.3	94.569	94.569
Dividendo adicional proposto		34.125	41.500
		297.232	**290.861**
Total		**311.755**	**305.080**

22.3.1 Reservas de capital

O valor de R$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

22.3.2 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

22.3.3 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

22.3.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2012	Ganhos	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2013
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(254)	461	(157)	50
	(254)	**461**	**(157)**	**50**

23 Receitas

	MWh (*)		R$	
	2013	2012	2013	2012
Suprimento de Energia elétrica	43.446	44.692	6.134	5.723
Energia de curto prazo			344	643
Receitas com operações de energia elétrica	**43.446**	**44.692**	**6.478**	**6.366**
Arrendamento			211.494	273.348
Outras receitas operacionais			631	708
Receita operacional bruta	**43.446**	**44.692**	**218.603**	**280.422**
(-) Deduções à receita operacional			(22.185)	(26.617)
PIS/COFINS			(20.221)	(25.939)
P&D			(1.964)	(678)
Receitas	**43.446**	**44.692**	**196.418**	**253.805**

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

As Receitas, compostas de receita de arrendamento e venda de energia, atingiram, no exercício de 2013, o montante de R$196.418, com decréscimo de 22,6% em relação ao exercício de 2012. A redução de R$57.387 é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os exercícios (Nota 6).

24 Gastos operacionais

	2013						2012
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	90					90	142
Encargos de uso da rede elétrica	1.390					1.390	1.386
Taxa de fiscalização					17	17	19
Compensações financeiras					223	223	257
	1.480	**-**	**-**	**-**	**240**	**1.720**	**1.804**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (i)		6.587		5.542		12.129	12.581
Material		799		260		1.059	793
Serviços de terceiros		4.613		9.947		14.560	12.708
Depreciação		35.905		344		36.249	35.116
Amortização		680		111		791	915
Provisão p/créd.liq.duvidosa/ perdas líquidas			(20)			(20)	22
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					933	933	2.343
Aluguéis e arrendamentos				478		478	527
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					343	343	(7)
Outras		76		2.135		2.211	1.932
	-	**48.660**	**(20)**	**18.817**	**1.276**	**68.733**	**66.930**
Total	**1.480**	**48.660**	**(20)**	**18.817**	**1.516**	**70.453**	**68.734**

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R$12.129 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R$236 (R$235 em 31 de dezembro de 2012) referem-se a treinamentos.

25 Resultado financeiro

	Nota	2013	2012
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		1.777	1.613
Variações monetárias moeda nacional			102
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis		22	16
Descontos obtidos		7	6
Outras receitas financeiras		805	218
		2.611	**1.955**
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	16	(15.724)	(17.214)
Atualização monetária de licenças ambientais		(496)	(898)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	16	(9.552)	(3.231)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(4.480)	(1.244)
Atualização monetária contratos de mútuo	25.1		(4.027)
Atualização monetária uso do bem público	19	(4.120)	(5.241)
Ajuste a valor presente uso do bem público	19	(937)	(229)
Benefícios pós-emprego		(100)	(79)
Outras despesas financeiras		(205)	(94)
		(35.614)	**(32.257)**
		(33.003)	**(30.302)**

25.1 Atualização monetária contratos de mútuo

Os contratos de mútuo com a Controladora direta, Lajeado Energia, e com a Controladora Final, EDP - Energias do Brasil foram encerrados em 8 de novembro de 2012, motivo pelo qual não incorremos com a atualização monetária dos contratos de mútuo no ano de 2013, vide nota 9.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	92.962	154.769	92.962	154.769
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(23.241)**	**(38.692)**	**(8.367)**	**(13.929)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(110)	(107)	(40)	(39)
Multas indedutíveis		(1)		
Gratificações a administradores	3	6	1	2
Programa REFIS	102		37	
Juros sobre o capital próprio	13.471	15.463	4.849	5.567
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		(17.755)		(6.391)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(3.799)		(1.367)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	375	4	135	2
Incentivos fiscais				
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador				
Incentivo Cultural e Artístico		332		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente		40		
Despesa de IRPJ e CSLL	(9.376)	(44.485)	(3.385)	(16.155)
Alíquota Efetiva	**10,09%**	**28,74%**	**3,64%**	**10,44%**

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	80.201	94.129
ON	0,05216	0,06122
PNR	0,03314	0,03890
PNA	0,00211	0,00248
PNB	0,00067	0,00078
PNC	0,01390	0,01632

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia efetua avaliação de seus instrumentos financeiros.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	12.507	6.023	12.507	6.023
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	10.153		10.153	
Concessionárias	5	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	683	549	683	549
Cauções e depósitos vinculados	11	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1		19		19
Rendas a receber	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	17.624	22.779	17.624	22.779
				40.967	**29.370**	**40.967**	**29.370**
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	14	Outros ao custo amortizado	Nível 2	3.708	4.850	3.708	4.850
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	Outros ao custo amortizado	Nível 2	10.637	11.849	10.637	11.849
Uso do bem público	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	4.057	3.894	4.057	3.894
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	16	Outros ao custo amortizado	Nível 2	77.073	73.624	77.073	73.624
Partes relacionadas	9	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	86	487	86	487
Uso do bem público	19	Outros ao custo amortizado	Nível 2	40.861	39.612	40.861	39.612
				136.422	**134.316**	**136.422**	**134.316**

28.2.1 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

(ii) Concessionárias e Fornecedores: são compostos, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

(iii) Rendas a receber: refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou junto à controladora e às demais concessionárias do Consórcio da UHE Lajeado, CEB Lajeado e Paulista Lajeado Energia para assegurar receita. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

(iv) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

(v) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de mútuos e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

(vi) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

28.2.2 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	*Aging* cenário provável Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Investimentos financeiros ativos	CDI	739	739	185	369	(185)	(369)
		739	**739**	**185**	**369**	**(185)**	**(369)**

A curva futura do indicador financeiro CDI, está de acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. O indicador CDI teve seus intervalos entre 7,75% e 10,50% a.a.

28.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia, em 31 de dezembro de 2013, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde a diferença entre Ativo circulante e Passivo circulante, foi negativo em R$20.087 em 31 de dezembro de 2013 (R$62.110 em 31 de dezembro de 2012). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, uma vez que a Companhia recebe recursos suficientes dos contratos de arrendamento assinados com seus acionistas controladores para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a constituição de dividendos a pagar no valor de R$67.731, atividades estas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

30 Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2013, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2013			
	Total Geral	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**
Responsabilidades com locações operacionais	495	145	220	130
Obrigações de compra	26.142	12.279	11.767	2.096
	26.637	**12.424**	**11.987**	**2.226**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não estão registrados nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

30.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2013	31/12/2012
Aval de acionista	7.907	3.055
Depósito Caucionado		19
Fiança Bancária	635	635
Garantias em recebíveis	20.354	33.589

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Depósito Caucionado: São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

31 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros, conforme apólices, são:

	31/12/2013
Usinas	987.121
Prédios e conteúdos (terceiros)	988
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	7.907

A controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Investco como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

32 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2013 foram de R$4.749 (R$6.928 em 31 de dezembro de 2012) sendo R$4.007, capitalizados no exercício (Nota 12), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R$742 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Rubem Fonseca Filho
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

José Cherém Pinto
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

João Marcos Assis da Silva
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Stella Maris Moreira Fuao
Diretora Administrativo e Financeiro

Andréa Mazzaro Carlos De Vincenti
Diretora Jurídica

André Luís Nunes de Mello Almeida
Diretor Tributário, Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" TO

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jung Kim
Conselheiro

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Edison Rodrigues
Conselheiro

Marco Antonio Vieira
Conselheiro

Flávio Samuel Disitzer
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2014.

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro Efetivo

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro Efetivo

Edison Rodrigues
Conselheiro Efetivo

Marco Antonio Vieira
Conselheiro Efetivo

Flávio Samuel Disitzer
Conselheiro Suplente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Investco S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro 2012 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 02 de maio de 2013, expressa opinião sem ressalvas e parágrafo de ênfase sobre a possibilidade de mudança do prazo estimado de vida útil para depreciação dos bens do imobilizado de geração de energia no regime de produção independente, considerando-se os fatos e circunstâncias descritos nas correspondentes notas explicativas.

Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6